



PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural

ISSN: 1695-7121

info@pasosonline.org

Universidad de La Laguna
España

Pontes da Fonseca Maria, Maria Aparecida; Bastos, Maria Lúcia; Lúcia, Alves; Moreira de Lima Renata, Renata Mayara

Segunda residência e a construção dos vínculos afetivos e territoriais no Polo Costa das Dunas / RN / Brasil

PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, vol. 14, núm. 5, octubre, 2016, pp. 1229-1240

Universidad de La Laguna
El Sauzal (Tenerife), España

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=88147717012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Segunda residência e a construção dos vínculos afetivos e territoriais no Polo Costa das Dunas / RN / Brasil

Maria Aparecida Pontes da Fonseca Maria* Maria Lúcia Bastos
Alves Lúcia*** Renata Mayara Moreira de Lima Renata******
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Brasil)

Resumo: O artigo tem como objetivo traçar um perfil dos usuários de segunda residência no Polo Costa das Dunas e analisar o vínculo que estabelecem com o lugar que visitam regularmente para fins de lazer. Utilizou-se da metodologia quantitativa, com amostras aleatórias utilizando-se da técnica de questionários aplicada em municípios localizados no Polo Costa das Dunas/RN/Brasil. Constatou-se que o lugar onde se localiza a segunda residência representa para o usuário-proprietário um local de “veraneio” “lazer e diversão” “tranquilidade” e de “reunião familiar”. A criação dos vínculos afetivos territoriais estabelecem-se a partir de um conjunto de significados construídos a partir do uso dessa tipologia de imóvel, como permitir a reunião familiar de forma integrada e desvinculada das obrigações diárias; além de propiciar novas formas de sociabilidades, como relações afetivas com os vizinhos temporários. Conclui-se que as relações construídas a partir do uso da residência secundária é composta por diversas representações sociais e simbólicas, que permitem uma relação diferente e particular do sujeito com o lugar visitado.

Palavras-chave: Segunda residência; Vínculos afetivos e territoriais; Usuário; Turista; Lazer.

Second homes and the construction of emotional and territorial bonds in the Costa das Dunas Pole / RN / Brazil

Abstract: The article aims to outline a profile of second home users in Polo Costa das Dunas and analyze the relationship they establish with the place that regularly visit for leisure purposes. We used quantitative methodology, with random samples using the technique of questionnaires applied in municipalities located in the *Costa das Dunas Pole/RN/Brasil*. It was found that the place where one finds the second residence represents for user-owner a place for “summer”, “leisure and recreation”, “tranquility” and “family reunion”. The creation of emotional and territorial bonds are established from a set of meanings constructed from the use of this type of property, as to allow the family reunion in an integrated manner and unlinked to the daily obligations; as well as providing new forms of sociability, and affective relationships with the temporary neighbors. It is concluded that the relationships built from the use of the secondary residence is composed by several social and symbolic representations, which allow a different and particular relationship of the subject with the place visited.

Keywords: Second home; Emotional and territorial bonds; User; Tourist; Leisure.

1. Introdução

Existem muitas localidades que assumem a função turística e passam a receber significativos fluxos de turistas. Outras localidades, que não são propriamente destinos turísticos, caracterizam-se pela presença significativa de segundas residências, especialmente destinadas para a prática do lazer e descanso dos

* Doutora em Geografia pela UFRJ. Professora do Departamento de Geografia/UFRN. Líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa Turismo e Sociedade; E-mail: mariapontes@ufrnet.br

** Doutora em Sociologia pela USP. Professora do Departamento de Ciências Sociais/UFRN. Vice líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa Turismo e Sociedade; E-mail: mluciabastos29@yahoo.com.br

*** Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; E-mail: renatammlima@gmail.com

usuários dessa tipologia de domicílios. Finalmente, encontramos algumas localidades que são frequentadas tanto por turistas como por usuários de segundas residências, especializando-se na prática do lazer.

É sobre esta terceira tipologia de área, que congrega os dois tipos de fluxos (usuários de segundas residências e turistas), que iremos nos deter neste trabalho, tendo como foco de análise empírica o Polo Costa das Dunas (PCD), localizado na Costa Oriental do Estado do Rio Grande do Norte, na Região Nordeste do Brasil.

Primeiramente, é importante mencionar a existência de uma diferença marcante entre estes dois grupos, apontada por vários pesquisadores. Os usuários de segundas residências desenvolvem um vínculo territorial em função do retorno periódico ao mesmo lugar, enquanto que no segundo grupo, constituído pelos turistas, esse vínculo não ocorre, uma vez que está sempre procurando conhecer novas destinações, ou seja, comumente não retornam para o lugar já visitado (Sánchez, 1991; Tulik, 2001; Cólás, 2003).

Apesar desse consenso entre os estudiosos, são necessárias mais pesquisas empíricas que esclareçam e aprofundem a natureza desse vínculo territorial, pois como lembrou Janoschka (2013), apesar do crescimento exponencial na última década da mobilidade transnacional, temporal ou permanente, e das repercussões territoriais ocasionadas por esse fenômeno, tal dinâmica é pouco estudada, principalmente no caso latino-americano. Procurando contribuir para avançar nessa discussão, o trabalho será desenvolvido com o objetivo de traçar um perfil dos usuários de segunda residência no Polo Costa das Dunas e analisar o vínculo que estabelecem com o lugar que visitam regularmente para fins de lazer.

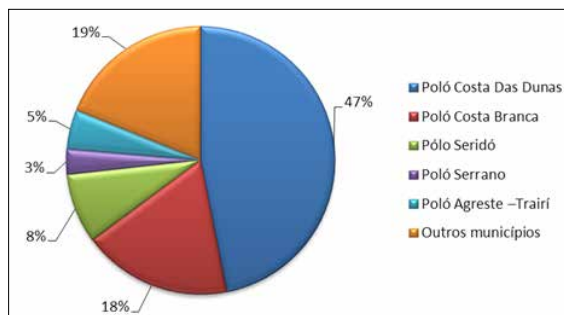
2. Metodologia

O PCD se constitui na principal região turística do estado, englobando 21 municípios, localizados ao longo do litoral oriental potiguar: Arês, Baía Formosa, Canguaretama, Ceará-Mirim, Extremoz, Goianinha, Macaíba, Maxaranguape, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, Pedra Grande, Pureza, Rio do Fogo, São Gonçalo do Amarante, São José do Mipibú, São Miguel do Gostoso, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul, Touros, Vila Flor. Dentre esses, destacam-se as principais destinações turísticas do Rio Grande do Norte: Natal, Tibau do Sul/Pipa e São Miguel do Gostoso (ver Mapa 1).

A partir da década passada inicia-se o processo de internacionalização do turismo no Rio Grande do Norte, com a chegada de fluxos turísticos procedentes da Europa (portugueses, espanhóis, italianos, holandeses, suecos, dentre outros) e de empresas hoteleiras de redes internacionais (Ex: Pestana, Accor, Serhs). Tal processo desencadeou a dinamização do segmento imobiliário e a chegada de empresas de capital estrangeiro (portuguesas espanholas, italianas e norueguesas) deste segmento de atividade que começaram a produzir equipamentos imobiliários (segundas residências) para um público também constituído de estrangeiro, a partir de uma concepção importada da península ibérica: condomínios fechados com áreas de lazer. (FONSECA; SILVA, 2012).

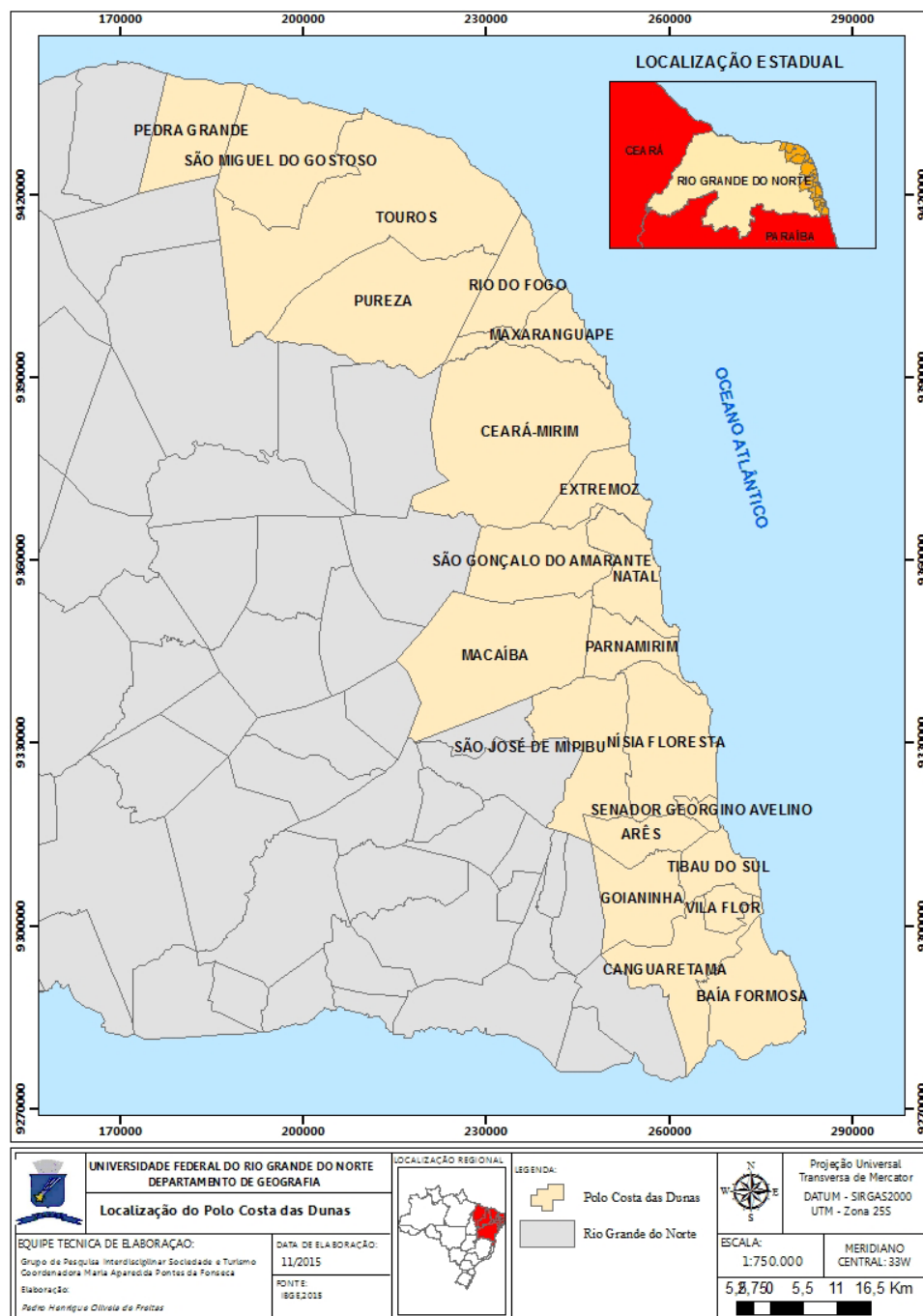
Dados do último censo do IBGE (2010) indicam que, atualmente, o fenômeno da segunda residência vem assumindo relevância em vários municípios do PCD, apresentando significativo crescimento não apenas em municípios litorâneos, mas também em outros que não são banhados pelo mar, localizados na Região Metropolitana de Natal e, inclusive, no interior. Este polo abrange cerca de 47% do total estadual dos domicílios destinados à segunda residências (ver Gráfico 1), conforme dados do IBGE (2010). A incidência espacial desse fenômeno no polo, justifica o recorte da presente pesquisa.

Gráfico 1: Distribuição das segundas residências nos Polos Turísticos do RN – 2010



Fonte: IBGE (2010).

Mapa 1: Localização da área de estudo: Polo Turístico Costa das Dunas- RN



Fonte: Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte - SETUR

Elaboração: Pedro Freitas

A metodologia da pesquisa consistiu num trabalho de campo onde foram aplicados 306 questionários distribuídos nos seguintes municípios do polo: Nísia Floresta (119), Extremoz (77), Parnamirim (67), Ceará-Mirim (16), Maxaranguape (10), Touros (7), Rio do Fogo (05) e Tibau do Sul (05). Este levantamento foi feito em janeiro de 2012, em plena alta estação. Os municípios selecionados localizam-se na faixa litorânea e apresentam maior incidência dessa modalidade de domicílios, comparativamente aos demais, conforme dados do IBGE (2010).

A técnica utilizada para compor o plano amostral foi de uma Amostra Aleatória Estratificada (AAE), onde cada município foi considerado um estrato. Para esse estudo é importante ressaltar que não foi incluído o município de Natal, onde se verifica a maior incidência dessa categoria de domicílio no conjunto estadual, por apresentar especificidades que dificultaria o trabalho de campo.

Também é importante esclarecer que os questionários foram aplicados nos imóveis distribuídos isoladamente, não sendo foco da pesquisa os condomínios horizontais e verticais fechados, geralmente destinados a um público estrangeiro de maior poder aquisitivo, devido à dificuldade de acesso aos usuários destes condomínios, de modo que 98,70% da população entrevistada é composta por brasileiros que frequentam o litoral potiguar para fins de lazer.

Para traçar o perfil dos usuários (demanda), contabilizaremos a totalidade da população alvo da pesquisa, ou seja, 306 respondentes. No entanto, para analisar o vínculo com o lugar faremos uma distinção entre os proprietários das segundas residências (202 respondentes) e os que não eram proprietários (104 respondentes), constituídos por pessoas que alugam ou em casos em que a residência é cedida.

O grupo de não proprietários era constituído por pessoas que estavam alugando as residências ou então que estas eram cedidas ou emprestadas. Segundo nosso entendimento, as pessoas que compõem esse segundo grupo caracterizam-se como turistas e, nesse caso, as segundas residências assumem o papel de alojamento turístico. A seguir, aprofundaremos essa discussão.

3. A segunda residência no contexto da atividade turística

No Brasil, “residência secundária” ou “segunda residência” são denominações comumente aplicadas às propriedades particulares utilizadas, temporariamente, por pessoas que tem sua residência permanente em outro lugar. Indica então o deslocamento e o desvinculamento temporário da vida cotidiana/rotineira que ocorre na residência principal ou primeira residência. Também são popularmente denominadas de “casa de praia”, “casa de veraneio”, “chácara”, “sítio”, “casa de campo”, “rancho” “granja”, entre outros menos conhecidos. Em outros países, a residência secundária também assume diversas denominações. Na França: *residence secondaire*, *maison de campagne*, *residence touristique*; na Espanha: *segunda casa*, *segundo hogar*, *casas vacacionales*; na Itália: *seconda casa*; em países de língua anglo-saxônica: *second home*, *vacation home*. (Tulik, 2001)

Uma definição que compreende a discussão atual sobre a segunda residência foi elaborada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), da Espanha:

Uma residência familiar é considerada secundária quando é utilizada somente parte do ano, de forma estacional, periódica ou esporádica e não constitui residência habitual de uma ou várias pessoas. Pode ser, portanto, uma casa de campo, praia ou cidade utilizada nas férias, verão, finais de semana, trabalhos temporais ou em outras ocasiões. (*apud* Colás, 2003:29).

Esta definição representa um avanço, na medida em que não há um vinculamento direto e estreito entre segunda residência e uso para o lazer e o descanso, adotando-se outras possibilidades de uso, como para o trabalho; respeitando-se sempre a temporalidade, uma vez que seu uso é esporádico. Neste sentido, a segunda residência não se caracteriza como um tipo de alojamento com finalidade bem definida, podendo ser utilizada para os mais variados propósitos.

Sendo assim, a perspectiva deste trabalho se contrapõe, no que se refere ao aspecto conceitual, com Tulik, 2001 e Hiernaux-Nicolas, 2005 que classificam as segundas residências como um alojamento turístico per se. É importante ressaltar que, em certas ocasiões, o imóvel poderá assumir a função de alojamento turístico, quando for ocupado por um turista.

Este é turista independentemente do alojamento em que se hospeda, podendo ser até em casa de parentes e amigos. No entanto, nem todo usuário de segunda residência pode ser considerado um turista.

Conforme a definição do INE, acima referida, as segundas residências podem ser utilizadas para fins distintos do lazer e inclusive para o trabalho, portanto não se pode afirmar que a segunda residência é um alojamento turístico se não for considerado a finalidade de seu uso e quem são seus usuários.

Na literatura existente atualmente, há muitas lacunas e contradições sobre a natureza da segunda residência e de seus usuários, chegando inclusive alguns autores a definir um novo tipo de turismo: o “turismo residencial”, o que tem causado muitas dificuldades entre estudiosos do turismo que tentam fazer a interface entre os fenômenos da segunda residência e turismo, encontrando muitas contradições.

Analisando a expansão do “turismo residencial” nas últimas décadas, alguns autores têm questionado até que ponto seu usuário se constitui um turista ou um migrante. Segundo Mateu i Ladó (2003:200) “o que se denomina turismo residencial se baseia na confusão precisamente entre o ‘turista’ e o ‘residente’”. A realidade atual, em que se observa a especialização de áreas para o consumo turístico e recreativo em algumas áreas do mundo, com a participação da residência secundária de modo cada vez mais significativo, tem contribuído, no entendimento desse autor, para embaralhar ainda mais os limites entre um e outro.

Uma das características mais marcantes que distinguem os usuários de segunda residência dos turistas é o vínculo que os primeiros estabelecem com o lugar, sendo esta característica um consenso entre os pesquisadores.

Os usuários de segundas residências diferem dos turistas propriamente ditos na medida em que o retorno frequente a uma dada localidade possibilita a criação de um vínculo territorial que se expressa de distintas formas: 1- vínculo afetivo e psicológico com o lugar, sendo esta uma das distinções mais importantes entre o usuário da segunda residência e o turista; 2- vínculos de vizinhanças e sociabilidade com outros usuários de segundas residências e moradores locais. Diferentemente dos proprietários, os turistas necessariamente não retornam para a mesma localidade, estando sempre procurando conhecer novas destinações, portanto não criam vínculo com o lugar visitado. Assim, seu tempo é fugidio e mais restrito comparativamente ao usuário de segunda residência, de modo que o consumo do espaço e a relação estabelecida com o mesmo é diferente. (Fonseca; Lima, 2012).

O crescimento da mobilidade de pessoas, ora abordadas como turistas, ora como imigrantes por passarem longas temporadas nas destinações turísticas, muitas vezes adquirindo propriedades nestas localidades (segundas residências) tem sido denominado como “migração por amenidade” ou “*lifestyle migration*” (migração por estilo de vida), conforme apontam estudos desenvolvidos por (Benson y O’Reilly, 2009). Sua ocorrência está relacionada ao deslocamento de um número cada vez maior de pessoas a procura de lugares com grande valor paisagístico e atributos naturais valorizados, frequentemente associadas às destinações turísticas (González, Mantecón, 2014).

Huete e Mantecón (2010) fazem uma ampla revisão da literatura e apontam diversas abordagens na análise do que alguns autores chamam de “turismo residencial” e sua diferença em relação a imigração. Baseando-se ainda em estudos empíricos realizados em Alicante/Espanha, os autores afirmam que imigrantes são pessoas que se deslocam de seus países de origem para outros, passando a ser recenseados no novo lugar de moradia, sejam ou não proprietários, nos quais residem de forma permanente. Já não são imigrantes aqueles que passam no destino turístico curtas temporadas, não são recenseados, e mantêm uma residência principal em seus países de origem, bem como aqueles que se hospedam em residência privada (alugada, de amigos ou parentes), também não sendo recenseados, mesmo que passem um tempo considerado longo na referida localidade.

Para os autores, a expressão turistas deve ser reservada aquelas pessoas que querem voltar aos seus países de origem, que estão de passagem, aproveitando as férias, mesmo que em uma residência de sua propriedade. E denomina os imigrantes, aqueles que não sabem ou não querem voltar aos seus países de origem e que se registram no censo da localidade.

O entendimento dos referidos autores vai de encontro a nossa compreensão do que são turistas, concordamos com o fato de o turista ser aquele que está de passagem e vai voltar ao seu local de moradia permanente, porém não concordamos com o fato do turista poder ter a propriedade do imóvel, pois isso descaracteriza, na nossa compreensão, o turista e o turismo, na medida em que fortalece os vínculos com o lugar (Fonseca; Lima, 2012).

As autoras chegaram a esta conclusão após pesquisa realizada no Estado do Rio Grande do Norte/Brasil na qual estudou-se a produção e o consumo de segunda residência no espaço turístico Potiguar, entre os anos de 2010 e 2012. Apesar do Polo Costa das Dunas/Brasil ser muito distinto do Polo Costa Blanca/Espanha no que se refere a intensidade dos fenômenos do turismo, da segunda residência e da imigração, a natureza dos processos estudados é similar. Assim, a residência secundária assume o papel de alojamento turístico quando seus usuários não são proprietários do imóvel.

Dessa forma, interessa-nos neste trabalho analisar o vínculo que o usuário estabelece com o lugar, já que este é ponto central na distinção entre o turista e o usuário de segunda residência. Portanto, nossa análise focará os proprietários. Quanto a isso Huete e Mantecón (2010) concordam com o fato de que um cidadão que se instala em uma determinada localidade e que compra uma residência neste lugar, tende a desenvolver laços de pertencimento maiores e mais fortes do que aqueles que alugam, sem estar submetidos a regulações burocráticas.

Janoschka (2011, 2013), mostrou através do caso da Costa Rica, de que forma a localidade de Guanacaste transformou-se em um destino importante para estrangeiros, principalmente para norte-americanos, não apenas em termos de turismo de massa, mas também enquanto um local de dissiminação de segundas residências destinadas à uma população com altos poderes aquisitivos e com condições de migrar (*lifestyle migration*), constituída em grande parte por aposentados, mas não somente.

O autor vai mostrando ao longo desses trabalhos que quem opta por estabelecer residência em um local que não é o seu, cria diversos laços com a localidade, o que envolve apropriações simbólicas dos espaços e lugares e negociações de pertencimento, gerando uma reconfiguração da paisagem e dos lugares e uma mudança na composição das comunidades locais. Envolve inclusive pensar em cidadania e participação social/política em uma sociedade transnacional (Janoschka, 2013). Ao considerarmos essas questões profundas que a mobilidade contemporânea gera, temos mais motivos para acreditar que a partir do momento em que pessoas se estabelecem em lugares diferentes do seu, adquirindo imóveis e que se sentem, por isso, afetadas pelas mudanças que ocorrem no entorno, passando a sentir necessidade de participar das decisões que a comunidade local toma, estas perderam as características de turistas e adquiriram as de residentes, mesmo que temporários.

Apesar da realidade tratada no presente estudo não abordar processos destacados nos estudos anteriores envolvendo imigração internacional, procuraremos contribuir para a discussão conceitual na medida em que será abordado os vínculos territoriais estabelecidos pelos usuários de segundas residências nas localidades turísticas focadas no presente estudo. É com esta finalidade que apresentaremos, a seguir, alguns resultados da pesquisa.

4. A expansão das segundas residências no Rio Grande do Norte e o perfil do usuário

O Nordeste brasileiro apresentou considerável crescimento desta tipologia de domicílios nas últimas. Historicamente, conforme Cruz (2009) ressalta de acordo com os dados do IBGE (2000), há uma preponderância de segundas residências nas Regiões Sul e Sudeste do país, correspondendo, respectivamente, a 19% e 39% do total nacional.

No entanto, o Nordeste brasileiro tem apresentado um crescimento representativo, de acordo com Assis (2009), entre 1980 e 2000, o número de residências secundárias cresceu na região à uma taxa anual de 8%, maior do que a média nacional de 6,9%, passando de 116.938 para 552.198 de imóveis nesse período. Sendo os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, os que mais recebem investimentos nesta modalidade de domicílio.

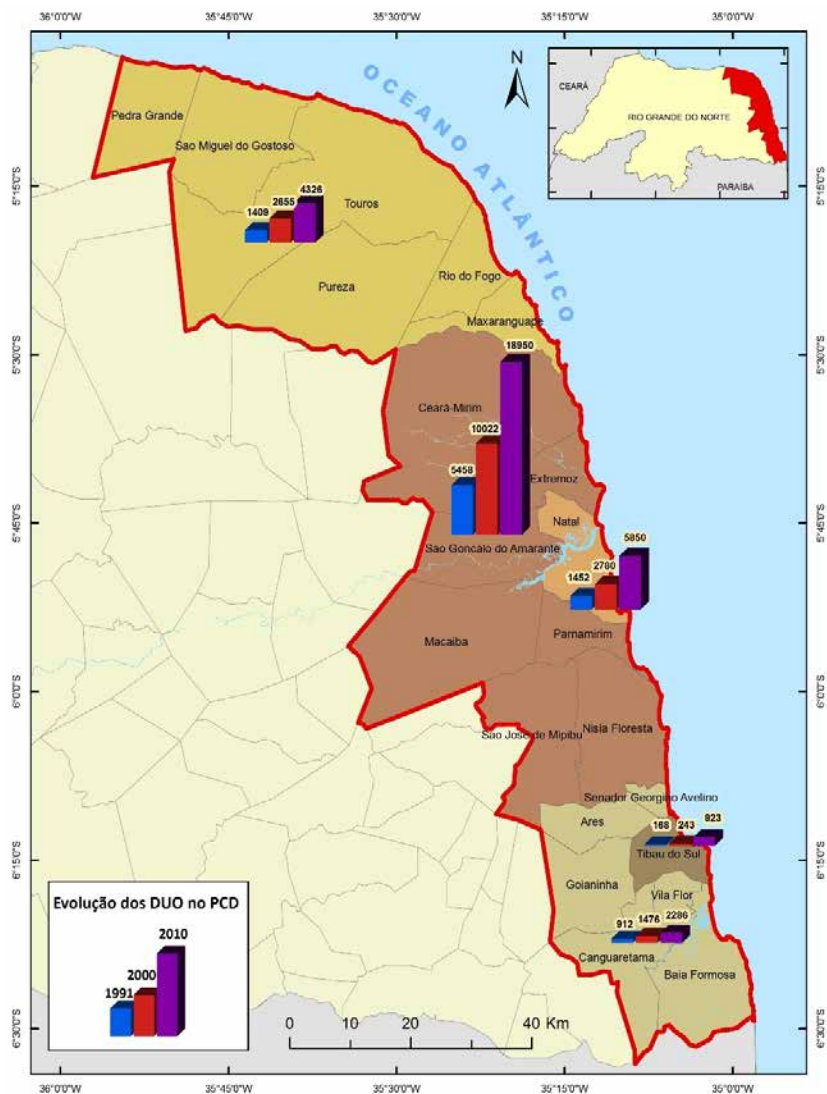
Analisando os dados do último censo do IBGE (ver Tabela 1), podemos observar os altos percentuais de crescimento das segundas residências entre 2000 e 2010 tanto para o conjunto do país (46%), assim como em todas as Grandes Regiões e, particularmente, na Região Nordeste, onde apresenta o maior percentual de crescimento (74%). No ano de 2010, o Nordeste brasileiro abrangia 24,56% do total existente no país.

Tabela 1: Evolução do número das segundas residências nas grandes regiões do Brasil – 2000/2010

Regiões	2000	2010	%00/10
Sudeste	1.355.698	1.831.867	35
Nordeste	552.198	966.263	74
Sul	511.525	690.999	35
Centro-Oeste	142.594	231.300	62
Norte	123.686	212.842	72
Brasil	2.685.701	3.933.271	46

Fonte: IBGE (2000; 2010)

Mapa 2: Evolução das segundas residências no PCD – 1991/2000/2010



O Rio Grande do Norte tem uma participação tímida no contexto regional nordestino, englobando 6,88% do total, no entanto, na última década, apresentou um crescimento de 99,36% (IBGE, 2010) ou seja dobrou o número desta tipologia de residência. Em 2000 o estado potiguar contava com 33.321 unidades habitacionais destinadas as segundas residencias e no ano de 2010 esse contingente aumentou para 66.432

A expansão recente desses domicílios está vinculada a associação do capital imobiliário com os negócios turísticos, isto é, os empresários do setor imobiliário encontraram novas oportunidades de negócios nas destinações turísticas e desenvolveram produtos que conjugam alojamentos turísticos e residências secundárias. Se até o final do século XX a produção e consumo desses domicílios era de âmbito regional/estadual, na fase atual verifica-se a forte presença de investidores estrangeiros tanto na produção como no consumo desses bens imobiliários, cuja finalidade agora não é apenas o lazer e o descanso, mas também um negócio em busca de rentabilidade (Fonseca; Silva, 2012).

O crescimento do turismo e a proliferação dos domicílios destinados ao uso ocasional verificada nas últimas décadas tem ocasionado intenso processo de ocupação em vários municípios que compõem o PCD, desencadeando um processo de urbanização pulverizada e difusa por todo litoral oriental potiguar, decorrente do consumo do espaço para atividades de lazer. No Mapa 2 abaixo, é possível observar a expansão das segundas residências no PCD, ao longo das três últimas décadas, destacando-se os municípios que compõem a Região Metropolitana de Natal, incluindo os municípios não banhados pelo mar.

Em 1991, o IBGE começa a disponibilizar dados sobre os domicílios de uso ocasional (DUO) e a partir de então é possível avaliar de modo mais preciso sua dinâmica espacial no litoral potiguar. Apenas cinco municípios (Natal, Parnamirim, Nísia Floresta, Extremoz e Ceará Mirim) englobam cerca de 70% do total desses domicílios existentes no Polo nos três momentos analisados, isto é, ano de 1991, 2000 e 2010. Ou seja, verifica-se crescimento em toda faixa litorânea, porém a produção e consumo desses domicílios continuam bastante concentrada em Natal e nos municípios litorâneos adjacentes que compõem a Região Metropolitana de Natal. Para o conjunto do Polo, verifica-se expressivo crescimento dos DUO na década de noventa (84,44%), como também na última década (89,29%) (IBGE, 1991; 2000; 2010).

Quadro 1: Perfil dos usuários de segundas residências

Procedência	Os usuários de segundas residências procedem, predominantemente, de Natal (73,31%). Também se verifica a presença de usuários de outros municípios potiguares (18,89%), outros Estados da federação (7,82%) e outros países (0,98). Com relação à participação dos estrangeiros, é importante mencionar que a informação está subdimensionada, já que os condomínios fechados, que se constituem a tipologia privilegiada pelos estrangeiros, não foram alvo desta pesquisa;
Faixa etária	A idade dos usuários é média e elevada, sendo que 68,40% dos respondentes têm 45 anos ou mais;
Profissão ocupação	Relacionado com a faixa etária elevada, temos os aposentados como a profissão/ocupação com maior incidência, participando com 25,08%; em seguida aparece os funcionários públicos (23,13%) e os profissionais liberais (11,07%);
Nível de instrução	O grau de instrução da maior parte dos usuários é superior, englobando 51,14% dos respondentes; em segundo lugar aparece ensino médio (39,08%);
Situação conjugal	A grande maioria dos usuários de segunda residência é composta por pessoas casadas (68,08%) e com filhos (84,69%);
Rendimentos	A faixa salarial dos usuários não é elevada, sendo que 32,57% possuem uma renda mensal entre 2 - 4 salários mínimos; 26,06% entre 5 - 8 salários mínimos; 14,98% entre 9 - 11 salários mínimos; e apenas 16,94% possuem rendimentos acima de 12 salários mínimos.

Fonte: Pesquisa de campo realizada no Polo Costa Dunas (Janeiro de 2012)

No Quadro 1 acima, apresenta-se um breve perfil dos usuários de segundas residências, distribuídas ao longo do Polo Costa das Dunas, em termos de procedência, faixa etária, profissão, nível de instrução, situação conjugal e rendimentos. É relevante mencionar que esta caracterização referem-se a totalidade da população pesquisada e não apenas os proprietários de imóveis destinados a segundas residências, conforme esclarecimento acima (ver metodologia).

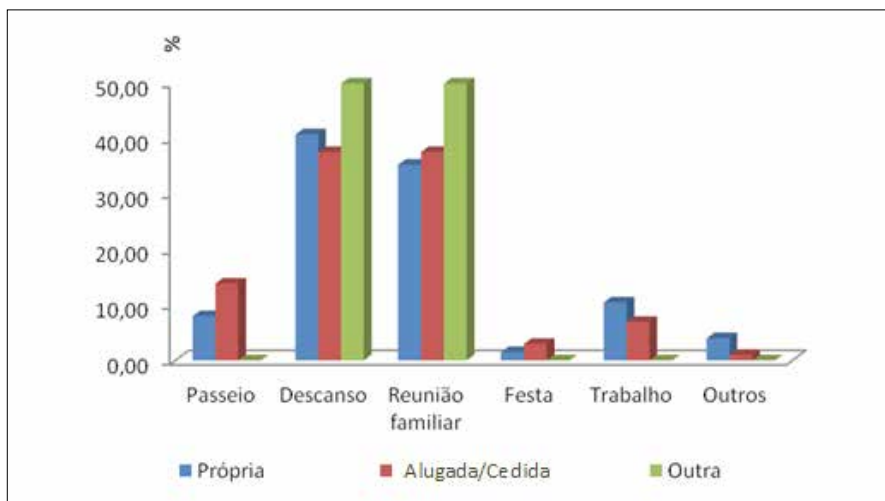
5. O usuário de segunda residência e o estabelecimento de vínculos afetivos e territorial no Polo Costa das Dunas

Conforme mencionado acima, há uma distinção fundamental entre o usuário de segunda residência e o turista. O primeiro cria um vínculo territorial, na medida em que periodicamente frequenta o mesmo lugar para a prática do lazer, diferentemente do turista que está sempre procurando conhecer novas localidades e, portanto, não estabelece vínculo algum com o território visitado.

Procurando contribuir para esta discussão, a seguir será apresentado alguns resultados obtidos na pesquisa sobre a natureza desse vínculo que os usuários de segundas residências estabelecem no Polo Costa das Dunas.

Na pesquisa foi constatado que 80,21% dos proprietários frequentam a localidade há mais de dez anos, sendo que, deste total, 55,45% frequentam a localidade há mais de 20 anos. Os fatores que explicam a frequência ao local onde se encontra a segunda residência é, em primeiro lugar, o “descanso” (40,80%) e, em segundo lugar, a “reunião familiar” (35,32%), conforme podemos observar no Gráfico 2.

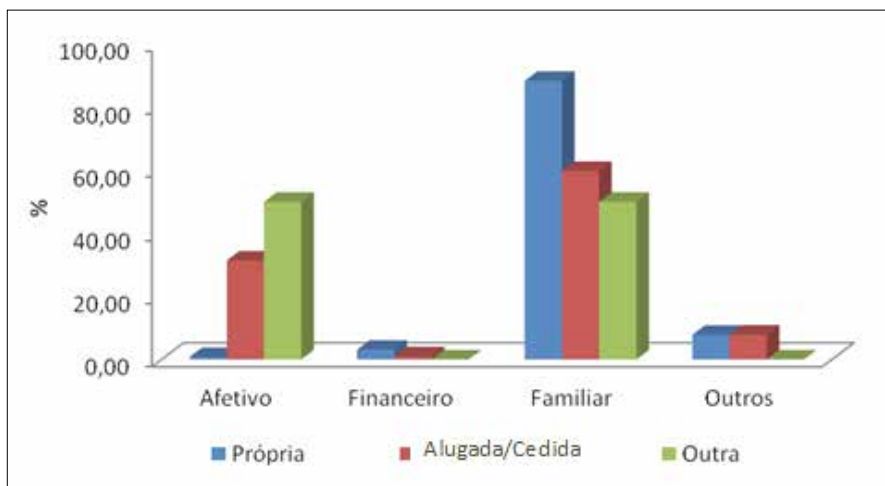
Gráfico 2: Fatores que explicam a frequência ao lugar



Fonte: Pesquisa de campo realizada no Polo Costa Dunas (Janeiro de 2012)

Na pesquisa foi constatado que o lugar onde se localiza a segunda residência representa para o usuário-proprietário um local de “veraneio” (25,87%), “lazer e diversão” (23,88%), “tranquilidade” (15,42%) e de “reunião familiar” (11,44%). Quando questionado sobre o principal vínculo que é estabelecido com o lugar, a resposta com maior incidência é “vínculo familiar” (88,37%), conforme dados apresentados no Gráfico 3.

Gráfico 3: Vínculo do proprietário com o lugar onde se localiza a segunda residência



Fonte: Pesquisa de campo realizada no Polo Costa Dunas (Janeiro de 2012)

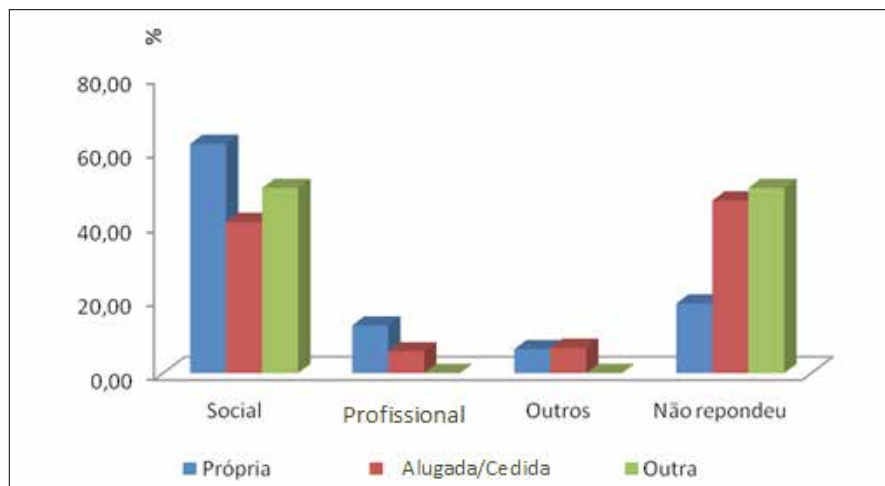
Com relação ao lazer, mais especificamente, os “banhos de mar” (28,14%) e “caminhadas” (25,635) são as atividades que mais aparecem nas respostas. A segunda residência também tem como uma de suas principais funções o “descanso” de seus usuários, sendo apontado por 18,59% dos respondentes.

Quando questionados sobre os aspectos que mais apreciam na localidade onde se localiza a segunda residência, as respostas com maior incidência foram: “tranquilidade” (39,20%), “passeios” (25,13%) e “clima” (22,11%).

Através da pesquisa, foi constatado que uma das principais motivações para o uso da segunda residência é a reunião familiar, onde o grupo familiar pode desfrutar do lazer e se divertir de forma compartilhada. Os proprietários das segundas residências apontam esse fator como primordial para justificar sua utilização e a manutenção do imóvel. Assim, a reunião familiar se constitui um elemento importante para compreensão do aumento crescente dessa modalidade de residência.

Com relação aos vínculos de sociabilidade, 76,73% dos usuários-proprietários responderam que mantém algum tipo de relação com os moradores locais, ou seja, aqueles que possuem residência permanente no local. Tais relações são principalmente “social” (61,88%) e “profissional” (12,87%). Os respondentes alegam que em virtude de frequentarem durante muitos anos a mesma localidade, acabam estabelecendo vínculos sociais com os moradores, estabelecendo, inclusive, laços de amizade (ver Gráfico 4).

Gráfico 4: Tipo de relações estabelecidas com os moradores locais



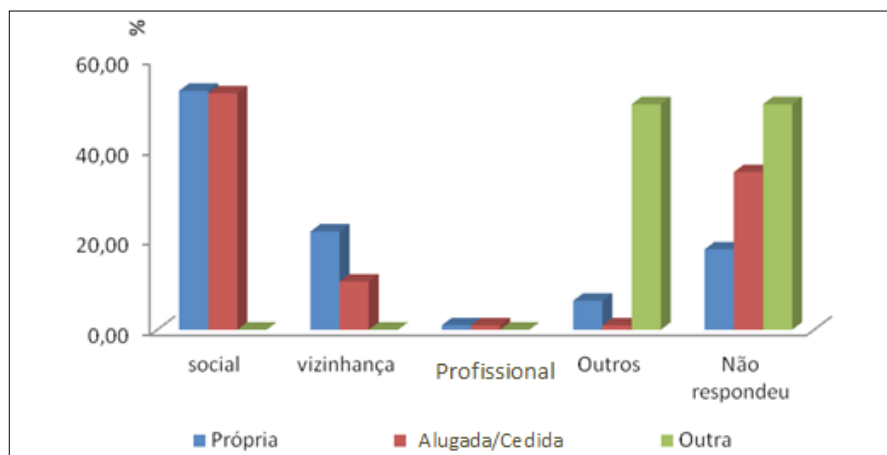
Fonte: Pesquisa de campo realizada no Polo Costa Dunas (Janeiro de 2012)

Os usuários-proprietários também estabelecem relações com outros veranistas, sendo confirmado por 78,22% dos respondentes. As principais relações são de ordem “social” (52,97%) e de “vizinhança” (21,78%) (ver Gráfico 5).

Atividades como reuniões familiares, pescaria, praia, surf, velejar, fazer caminhadas em trilhas, entre outras, fazem parte da agenda de lazer e, constituem um dos principais itens afetivos e familiares a ser considerados em relação à satisfação dos moradores com o lugar.

No período de permanência, os moradores de segunda residência, intensificam o contato com a natureza, estabelecem novos laços sociais e reafirmam as relações familiares. Esta última remete a um *ethos* arraigado a cultura brasileira, particularmente nordestina, onde os valores familiares ainda são fundamentais na formação dos laços afetivos e sociais.

No mundo moderno onde o individualismo contribui para o distanciamento das relações familiares, a segunda residência surge na contramão desse movimento caracterizando-se como um momento de encontro e pausa do cotidiano. Desse modo, a segunda residência como local de encontro confere um caráter de pertença e identificação com o lugar.

Gráfico 5: Relações estabelecidas com outros usuarios de segundas residências

Fonte: Pesquisa de campo realizada no Polo Costa Dunas (Janeiro de 2012)

6. Considerações Finais

A relação estreita entre o turismo e o fenômeno da segunda residência gerou um equívoco fundamental, que foi a consideração por parte da literatura acadêmica da existência de um novo tipo de turismo, o conhecido como “turismo residencial ou “turismo de segunda residência”.

Conforme posto no artigo, encontra-se duas observações fundamentais no que se refere à refutação dessa hipótese: a primeira refere-se à finalidade do uso da segunda residência; e a segunda refere-se ao vínculo específico que o usuário proprietário estabelece com o lugar de visita temporária. Neste sentido, verifica-se que: 1) a residência secundária possui diferentes usos, que não somente ligados ao turismo, como os usos para fins de trabalho; e 2) o usuário da segunda residência possui um vínculo com o lugar, seja este territorial, afetivo ou social.

Esta constatação permite aferir que a segunda residência não é um alojamento turístico *per se*. Entretanto, pode assumir a função de alojamento turístico, desde que seja ocupada por um turista. Observação que nos leva a fazer outra: o usuário da residência secundária somente é um turista quando não possui a posse do imóvel (propriedade e/ou alugada), o que indica a falta de vínculo territorial e consequentemente o caracteriza como um turista.

Consoante a isso e procurando clarificar essa relação, buscou-se no presente artigo abordar o aspecto da criação dos vínculos identitários dos usuários de segunda residência com relação à falta de vínculo dos turistas. Neste sentido, o objetivo do presente artigo foi traçar o perfil dos usuários de segunda residência no Pólo Costa das Dunas e analisar o vínculo que estabelecem com o lugar que visitam regularmente para fins de lazer.

Os usuários de segundas residências apresentam o seguinte perfil: possuem idade média e elevada, a maioria é constituído de aposentados, funcionários públicos ou profissionais liberais, são casados e com filhos, possuem uma renda média e metade dos respondentes tem escolaridade superior.

Com relação ao vínculo, percebe-se uma forte predominância da valoração referente à residência secundária como propiciadora da reunião familiar. Esse tipo de imóvel também propicia, segundo a pesquisa, o descanso e a prática de atividades tidas como mais “tranquilas”, como, caminhadas e banhos de mar. Sendo estas localidades apreciadas pelos usuários, por proporcionar, entre muitas outras coisas, um clima agradável, e passeios/entretenimentos interessantes.

No caso específico do Polo Costa das Dunas, percebe-se que a pretensão de reunir a família e a busca de um maior contato com a natureza estão entre os principais valores atribuídos para as localidades de segunda residência, e são neste sentido, propiciadoras de novas relações identitárias com o lugar.

A transposição do modelo ibérico para o Nordeste brasileiro na última década, baseado em grande parte na construção de segundas residências para estrangeiros em condomínios fechados, se constitui em uma nova forma de urbanização até então não manifestada nas áreas de lazer enfocadas no presente estudo. Possivelmente este modelo implicará em mudanças em relação ao vínculo que estes estrangeiros estabelecerão com o lugar. Este se constitui em um tema para as próximas pesquisas.

Bibliografia

Assis, L. F.

2009. "Segundas residencias y multiterritorialidad en el nordeste brasileño: el aumento del turismo residencial". In: Mazón, Tomás; Huete, Raquel; Mantecón, Alejandro. (Org.). Turismo, urbanización y estilos de vida: las nuevas formas de movilidad residencial. 1ed.Barcelona: Icaria, v. 1, p. 175-191.

Benson, M.; O'reilly, K. (eds.)

2009. "Lifestyle Migration. Expectations, Aspirations and Experiences". Farnham: Ashgate,.

Colás, J. L.

2003. "La residencia secundaria en España: estudio territorial de uso y tenencia". Barcelona, 440 pp. Tese (Doutorado em Geografia). Facultat de Filosofia i Lletres. Universitat Autònoma de Barcelona.

Cruz, R.C. A.

2009. "Los nuevos escenarios del turismo residencial en Brasil: un análisis crítico". In: Tomás Mazón; Raquel Huete; Alejandro Mantecón. (Org.). Turismo, urbanización y estilos de vida: las nuevas formas de movilidad residencial. 1ed.Alicante: Icaria, v. 1, p. 161-174.

IBGE.

1991. "Sinopse preliminar do censo demográfico 1991". Rio de Janeiro. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/Censo2000sinopse.pdf. Acesso em maio de 2011.

IBGE.

2000. "Sinopse preliminar do censo demográfico 2000". http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/Censo2000sinopse.pdf. Acesso em maio de 2011.

IBGE.

2010. "Sinopse preliminar do censo demográfico 2010". <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse>. Acesso em maio de 2011.

Fonseca, M. A. P.; Lima, R. M. M.

2012. "A segunda residência no contexto da atividade turística. Quando estamos falando de um alojamento turístico?". In: Fonseca, M. A. P (Org.). Segunda residência, lazer e turismo. Natal: EDUFRRN.

Fonseca, M. A. P.; Silva, K. O.

2012. "Origem e evolução das segundas residências no Polo Costa das Dunas/RN". In Fonseca, M. A. P (Org.). Segunda residência, lazer e turismo. Natal: Edufrn.

González, R.; Mantecón, A.

2014. "Turismo y negocio inmobiliario: la crisis de un modelo de Desarrollo. Tres casos de estudio de Canada, Argentina y España". VI Congreso Latinoamericano de Investigación Turística, Neuquén. Hiernaux-Nicolas, D.

2005. "La promoción inmobiliaria y el turismo residencial: el caso mexicano". In Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, vol. IX, nº 194(05), ago.

Huete, R.; Mantecón, A.

2010. "Los límites entre el turismo y la migración residencial. Una tipología". Papers, 2010, 95/3, 781-801. Janoschka, M.

2011. "Imaginarios del turismo residencial en Costa Rica. Negociaciones de pertenencia y apropiación simbólica de espacios y lugares: una relación conflictiva". In Mazon, T., Huete, R. y A. Mantecón. *Construir una nueva vida. Los espacios del turismo y la migración residencial*. Santander: Milrazones, p. 81-102.

Janoschka, M.

2013. "Nuevas Geografías Migratorias en América Latina: Prácticas de Ciudadanía en Un Destino de Turismo Residencial". *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales*, Vol. XVII, Núm. 439, 20 De Mayo De 2013.

Mateu i Ladó, J.

2003. "Turismo residencial y dispersión urbana em Mallorca (Illes Balears)". Um ensayo metodológico en el municipio de Pollença. In Estudios Turísticos, nº 155-156, pp. 197-218.

Sánchez, J.

1991. "Espacio, economía y sociedad". Madri: Siglo Veintiuno Editores.

Tulik, O.

2001. "Turismo e meios de hospedagem". Casas de temporada. São Paulo: Roca.

Nota: Este trabalho foi financiado com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq/Brasil.

Recibido: 29/08/2014

Reenviado: 04/12/2015

Aceptado: 21/02/2016

Sometido a evaluación por pares anónimos